



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**3.ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0108880-2/01**

**EMBARGANTE:** *START -- SISTEMAS E TECNOLOGIAS EM RECURSOS TERCEIRIZÁVEIS LTDA*

**EMBARGADO:** *BRIGHTPOINT DO BRASIL LTDA*

**RELATOR:** *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES*

**ACÓRDÃO N.º 249/2009**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A OBSERVÂNCIA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA O PROTESTO DE DUPLICATA. REJEIÇÃO. 1. Alega o embargante que o acórdão apresenta-se omissos, por não fazer referência aos documentos de fls. 57/59 dos autos da apelação, os quais demonstram a efetiva prestação de serviço, de modo a respaldar o protesto de duplicata. 2. Em análise do acórdão embargado, verifica-se que ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador no sentido de denegar o pleito recursal, com base nos documentos coligidos aos autos, restando estabelecido que "(...) o documento produzido de forma exclusivamente unilateral pelo credor (fls. 56/64), aliado aos argumentos do apelado de que houve apenas tratativas para um eventual contrato de fornecimento de mão-de-obra, não demonstram, de maneira robusta, a necessária certeza quanto à materialidade do crédito". 3. Sendo a razão teleológica dos embargos declaratórios esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, não se presta tal recurso, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos considerados na formação do convencimento do julgador. 4. Recurso a que se rejeita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.*

Recife, 16 de dezembro de 2009.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3.ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0108880-2/01

**EMBARGANTE:** START - SISTEMAS E TECNOLOGIAS EM RECURSOS  
TERCEIRIZÁVEIS LTDA

**EMBARGADO:** BRIGHTPOINT DO BRASIL LTDA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento à apelação interposta pelo ora embargante.

O recorrente alega omissão no acórdão, argumentando que não foram analisados por esta Câmara os documentos de fls. 57/59 dos autos da referida apelação, os quais demonstram a efetiva prestação de serviços por parte do embargante.

Requer, ao final, o conhecimento da matéria e o provimento dos aclaratórios a que sanada a alegada omissão.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

VOTO

**EMENTA:** Direito Processual Civil. Embargos de declaração em face de acórdão. Alegação de omissão quanto a observância dos documentos referentes à efetiva prestação de serviço para o protesto de duplicata. **Rejeição.** 1. Alega o embargante que o acórdão apresenta-se omissos, por não fazer referência aos documentos de fls. 57/59 dos autos da apelação, os quais demonstram a efetiva prestação de serviço, de modo a respaldar o protesto de duplicata. 2. Em análise do acórdão embargado, verifica-se que ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador no sentido de denegar o pleito recursal, com base nos documentos coligidos aos autos, restando estabelecido que "(...) o documento produzido de forma exclusivamente unilateral pelo credor (fls. 56/64), aliado aos argumentos do apelado de que houve apenas tratativas para um eventual contrato de fornecimento de mão-de-obra, não demonstram, de maneira robusta, a necessária certeza quanto à materialidade do crédito". 3. Sendo a razão teleológica dos embargos declaratórios esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, não se presta tal recurso, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos considerados na formação do convencimento do julgador. 4. Recurso a que se rejeita.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

Alega o embargante que o acórdão apresenta-se omissos, por não fazer referência aos documentos de fls. 57/59 dos autos da apelação, os quais demonstram a efetiva prestação de serviço, de modo a respaldar o protesto de duplicata.

Em análise do acórdão embargado, diviso que ficou claro o entendimento deste Órgão Julgador no sentido de denegar o pleito recursal, com base nos documentos coligidos aos autos.

Eis os termos do julgado combatido:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO CAMBIAL E CANCELAMENTO DE PROTESTO CUMULADA COM PEDIDO DE DANO MORAL. DUPLICATA SEM ACEITE.



24 20  
+

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

*AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROTESTO INDEVIDO. APELO NÃO PROVIDO. 1. A duplicata desprovida de aceite, para se caracterizar como título executivo extrajudicial, deve estar devidamente protestada e acompanhada de documento hábil comprobatório da efetiva prestação de serviços. 2. No caso em tela, a duplicata, além de não aceita, embora tenha sido protestada, encontra-se provida de meras produções unilaterais de prova, incapazes de demonstrar o devido contrato de prestação de serviço que lhe originou. 3. No tocante à condenação por dano moral, não havendo impugnação referente ao quantum arbitrado, deverá ser mantido o importe no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fixado pelo juízo de primeiro grau. 4. Não provimento do apelo.*

Por oportuno, transcrevo o voto desta Relatoria, integrante do acórdão acima transcrito, *in verbis*:

*A controvérsia funda-se em suposto crédito oriundo de duplicata no valor de R\$ 984,38 (novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos) com base em contrato de prestação de serviços de seleção de funcionários realizado pela empresa apelante.*

*É cediço que a duplicata, título de crédito necessariamente causal, desprovida do atributo da abstração, para ter força executiva, deve estar atrelada a uma origem, seja contrato de compra e venda, seja de prestação de serviço.*

*Para se caracterizar como título executivo extrajudicial deve a duplicata, desprovida de aceite, estar devidamente protestada e acompanhada de documento hábil comprobatório da efetiva prestação de serviços.*

*No caso em tela, a duplicata, além de não aceita, embora tenha sido protestada, encontra-se provida de meras produções unilaterais de prova, incapazes de demonstrar o respectivo contrato de prestação de serviço que lhe originou.*

*Desta feita, o documento produzido de forma exclusivamente unilateral pelo credor (fls. 56/64), aliado aos argumentos do apelado de que houve apenas tratativas para um eventual contrato de fornecimento de mão-de-obra, não demonstram, de maneira robusta, a necessária certeza quanto à materialidade do crédito.*



22 21  
f

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

---

*Assim, ausente tal prova, cuja produção é ônus do sacador, não haveria relação jurídica capaz de permitir sequer o protesto do título (art. 20, 3º, da Lei 5.474/68), tampouco sua cobrança contra o sacado. In casu, o título que fundamenta o protesto não está revestido dos requisitos próprios, inexistindo prova efetiva acerca da existência de contrato de prestação de serviços entre as partes.*

Por conseguinte, não vislumbro o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Observo, sim, mero propósito do embargante de, por meio dos declaratórios, obter o reexame da matéria, ante a alegação de inobservância dos documentos coligidos aos autos da apelação, bem como de ausência de impugnação, por parte do embargado, de tais documentos, na tentativa de respaldar o indevido protesto de duplicatas, o que não é possível nos estreitos limites desse tipo de recurso.

Ora, se a razão teleológica dos embargos declaratórios é esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, **não se presta tal recurso, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos considerados na formação do convencimento do julgador.**

Ante o exposto, ausentes as causas de embargabilidade, rejeito o presente recurso.

Assim é como voto.